



A RELAÇÃO ENTRE SENTIMENTOS E O ESTUDO DA MORAL

Ana Gabriela Colantoni

RESUMO: Em Aristóteles, o prazer pode fazer o homem cometer atos vis, enquanto a dor pode impedi-lo de realizar atos nobres. Por isso, para o autor, é preciso ponderar prazer e dor pelo hábito, de tal modo a tornar-se um homem virtuoso, que sente prazer ao realizar ações nobres. Diferentemente, para Kant, uma ação perde seu valor moral caso seja realizada por causa de alguma inclinação, ou seja, se uma ação foi realizada com prazer, ainda que ela seja correta, ela perde o valor moral. De um lado oposto, temos Mill, que considera moral o que traz felicidade, e a felicidade é gerada pela maximização do prazer e minimização da dor. Ainda que com tratamento diferenciado, estas três correntes relacionam o estudo da moral aos sentimentos, o que consideramos um erro. Defendemos que o certo e o errado devem ser analisados de forma lógica e racional para o atingimento de determinada finalidade, de tal modo que o sentimento gerado pela ação não pode ser capaz de dignificar juízos morais e nem de ser fundamento para a constituição dos mesmos.

Palavras-chave: prazer; dor; moral.

ABSTRACT: In Aristóteles, pleasure can make a man commit evil acts, as the pain can stop you to perform noble deeds. Therefore, for the author, one must consider pleasure and pain by habit, so to become a virtuous man, who delights to perform noble deeds. Unlike, for Kant, an action loses its moral value if it is performed because of some inclination, ie, whether an action was performed with pleasure, even if it is correct, it loses its moral value. In an opposite side, for Mill, morality is measured by happiness, and happiness is generated by maximizing pleasure and

minimizing pain. Although with different treatment for these three currents, the moral analysis is connected with moral sentiments, which we consider an error. We defend that right and wrong should be analyzed with a logical and rational to the achievement of a specific purpose, so that the feeling generated by the action may not be able to dignify moral judgments and not be grounds for the constitution thereof.

Keywords: pleasure; pain; moral.

Como existem muitas definições sobre o que seja o conceito de moral e o conceito de Ética, faz-se necessário especificar em qual sentido será usado aqui. Moral é o que é certo e imoral é o que é errado, de acordo com a Ética. Amoral é o que não é digno de juízo de acordo com a Ética. E Ética será utilizado no sentido de Ética normativa, ou seja, é a disciplina que investiga e cria regras geradoras de juízos capazes de orientar a conduta humana para determinada finalidade. Independentemente das correntes da Ética normativa (ética das virtudes, deontologia, utilitarismo), as regras éticas possuem a finalidade de gerar ações que independam da posição do sujeito (tem que ser universal), ainda que a análise circunstancial (específica) seja permitida para alguns dos pensadores. Nesse trabalho, analisaremos as regras de três filósofos representantes das correntes da Ética normativa, bem como suas relações com os sentimentos, para, posteriormente, propormos um modelo de regras desvinculado dos sentimentos, ou, pelo menos, com vinculações diferentes das feitas anteriormente.

Pensemos em uma situação em que um ato seja obviamente imoral. Nessa situação, podemos imaginar uma pessoa que sente prazer em realizar esse ato e outra pessoa que sente desprazer em fazê-lo na mesma circunstância. Embora nos parecessem claro e evidente que a simples ação seja suficiente para a dignificação da atitude, o que também inferiria nobreza ao executor, verificamos que isso não é consensual de acordo com as regras éticas criadas ao longo da história da filosofia, como mostraremos neste trabalho. Inclusive, para o utilitarismo, se a ação foi capaz de gerar prazer, ela não poderia ser considerada uma ação obviamente imoral.

A verificação imediata ao julgarmos que a ação foi imoral em ambos

os casos se deve por nossa consideração sobre o que seja relevante para a análise. Diferentemente dos clássicos, defendemos que a grande relevância está somente sobre a ação efetiva e não sobre o sentimento (de prazer ou desprazer) prévio ou aquele provocado pela ação, uma vez que os sentimentos são involuntários ou até mesmo formados a partir de um padrão cultural, e, portanto, relativos ao mesmo. Isto é, o sentimento de certo e errado sobre as ações humanas são gerados a partir das leis, da religião e dos costumes. Mas, se esse sentimento é relativo, então ele não pode ser utilizado como fundamento de uma análise que visa prescrever ações que independam da cultura de seu executor.

Ao fazermos essas breves considerações, nós não pretendemos aniquilar os sentimentos de prazer e de dor ocorridos em uma ação relacionada à moralidade. Apenas defendemos que esse sentimento não tem que ser modificado para que o homem seja virtuoso, e também que o sentimento não é capaz de tirar a dignidade de uma ação moral e, além disso, que o mesmo não pode servir de fundamento para a dedução dos juízos.

Como o objetivo da investigação Ética é a orientação da conduta, se fosse possível a derivação de seus juízos a partir dos sentimentos, ela não cumpriria seu objetivo, posto que os sentimentos sejam muitos, mas o juízo buscado é único. Defendemos que a investigação deve ser capaz de modificar sentimentos e atitudes, e não o contrário. Ou seja, a partir da pesquisa sobre o que seja moral, podemos rever nossos atos, de tal modo que nossas ações possam ser mais impessoais e mais universalizáveis. Além disso, após os resultados da investigação sobre o que seja moral, poder-nos-emos utilizar da arte como instrumento, no intuito de ampliação da possibilidade de mudanças de sentimentos.

Para darmos início a essa defesa, vejamos a diferença da Ética prática para a Ética normativa. A Ética prática estuda casos específicos, em que é possível a aplicação prática de regras desenvolvidas a partir da Ética normativa. Em linhas gerais, vejamos as principais regras que elegemos como as mais relevantes da Ética normativa, devido às influências sofridas e deixadas ao longo da história da filosofia. Em Aristóteles (2009), representante da ética das virtudes, a virtude é alcançada pela mediania, ou seja, pela ponderação entre excessos e faltas. Para deontologia de Kant (2009), a ação somente é boa se ela ocorrer de acordo com o dever e por causa dele. E o dever deve

ser deduzido da lei universal. Logo, de acordo com Kant, devemos agir somente se a máxima de nossa ação puder ser universalizada de forma geral, sem analisar as particularidades das circunstâncias. Por outro lado, o utilitarista Mill (2007) diz que a moral está relacionada com a felicidade, que só será atingida com a maximização do prazer e minimização da dor, a partir da análise das consequências.

Para analisar uma questão da Ética prática contemporânea, podemos aplicar essas regras, ainda que esses filósofos nunca tenham pensado sobre questões específicas de nossos tempos. Isso é desenvolvido também como metodologia de pesquisa e ensino, com o intuito de proporcionar aos pesquisadores e alunos um contato mais íntimo com o filósofo, visto que precisam entender profundamente suas regras para poder aplicá-las, e também com o intuito de desenvolvimento da argumentação crítica pelos mesmos.

Quando aplicamos essas regras para situações simples, na maioria das vezes, chegamos às mesmas conclusões. Por exemplo, preciso saber se passar no sinal vermelho enquanto dirijo no dia-a-dia é uma atitude moral. Quaisquer das regras que aplicarmos, obteremos a mesma conclusão: essa atitude é imoral, seja pela ponderação de Aristóteles, seja pelo dever de Kant, seja pela análise utilitária de Mill. Entretanto, esse tipo de situação não apresenta relevância para a investigação Ética.

A investigação tem relevância, de fato, quando a aplicação das regras nos leva a conflitos de posicionamentos para situações específicas. São os chamados dilemas morais. E, comumente são formulados a partir da influência dos sentimentos sobre as regras filosóficas. Vejamos então, como esses autores relacionam a moral com os sentimentos.

Primeiramente, observaremos como Aristóteles relaciona os sentimentos com os valores e atitudes:

Por um lado, o que se abstém dos prazeres do corpo e nisso encontra motivo de regozijo é temperado; mas já o que se entedia com essa prática é devasso. Do mesmo modo, é corajoso quem resiste em situações terríveis e nisso encontra motivo de regozijo ou, pelo menos, não sente medo. Por outro lado, já é covarde o que nas mesmas situações sente medo. A

excelência ética constitui-se, portanto, em vista de fenômenos de prazer e de sofrimento. É, assim, por causa do prazer que incorremos, por um lado, em ações vergonhosas. É, do mesmo modo, também que por causa da ansiedade causada pelo medo nos podemos afastar de efeitos gloriosos (ARISTÓTELES, 2009, p. 43).

Queremos destacar a forma com a qual Aristóteles enfatiza os sentimentos vivenciados para detectar se um homem é virtuoso. Também admite que os sentimentos influenciam a conduta e, por isso, precisam ser controlados. Para ele, devemos controlar prazer e dor, e, até mesmo, esses sentimentos podem ser educados na juventude pelo hábito, pois os prazeres podem nos levar a cometer atitudes vis, enquanto a dor pode nos impedir de realizar atos nobres.

Para nossa análise, pouco importa os sentimentos vivenciados na situação para a designação de virtuoso a um homem. O que importa é a imputação de valor verdade feita pela pessoa para determinado juízo e o modo como ela age a partir disso. Imagine um caso em que ocorre uma trapaça em um jogo. Um juízo moral pode ser elaborado, pois, existe um conflito de interesses significativo e direto, entre o interesse do que trapaceia e o do trapaceado. A análise desse caso para se atingir a universalização é bem óbvia e o juízo moral pode ser facilmente construído “É errado trapacear”. Defendemos que, se regozijo em praticar essa ação ou se lamento, não possui qualquer relevância para que eu seja considerada virtuosa ou viciosa. Entretanto, podemos dizer que, segundo a linha aristotélica, apenas se eu regozijar com o fato de não trapacear eu serei considerada virtuosa.

De acordo com a deontologia, especificamente em Kant, isso ocorre ao inverso. Pois, uma ação feita por qualquer inclinação perde seu valor moral.

Ser caridoso quando possível é um dever e, além disso, também há muitas almas por temperamento tão solidárias que, mesmo sem outro motivo de vaidade ou proveito próprio, encontram um íntimo deleite em espalhar alegria ao seu redor e que podem regozijar-se com o contentamento dos outros na medida em que

este é obra sua. Mas eu afirmo que, em tal caso, semelhante ação, por mais conforme ao dever, por mais amável que seja, não tem, contudo, qualquer verdadeiro valor moral, mas vai de par com outras inclinações, por exemplo, a inclinação à honra que, quando por sorte acerta com aquilo que de fato é de proveito geral e conforme ao dever, por conseguinte digno de honra, merece louvor e incentivo, mas não alta estima; pois à máxima falta o teor moral, a saber, fazer semelhantes ações não por inclinação, mas, sim, *por dever* (KANT, 2009, p. 119).

Enquanto para Aristóteles o regozijo em realizar ações morais é capaz de dignificar o homem, para Kant, o regozijo em praticar o que seja certo moralmente (que pode ser o sentimento provocado pelo desejo de honraria conforme citação acima) é capaz de tirar o valor moral da ação. Portanto, no exemplo anterior, caso eu sentisse prazer não trapacear, minha ação perderia o valor moral. E o que queremos mostrar é que tanto Aristóteles quanto Kant equivocaram-se sobre este ponto, pois o sentimento não é capaz de incutir nobreza ao homem ou de tirar a dignidade de sua ação.

Antes de passarmos adiante, é preciso pontuar uma questão aparentemente controversa. Em Kant, a ação só é boa se ela for guiada pela “boa vontade”. Não poderíamos dizer que ela seria uma espécie de sentimento fundamental para uma investigação moral? Se os sentimentos tiram a dignidade de uma ação, e a “boa vontade” é um sentimento, ela tiraria a dignidade da ação?

Contudo, a vontade, só é boa se ela estiver de acordo e por causa do dever, e é necessária para corrigir a influência sobre o ânimo das inclinações, por isso “a boa vontade parece constituir a condição indispensável até mesmo da dignidade de ser feliz” (KANT, 2009, p. 103). A boa vontade é um sentimento que faz com que o dever seja necessário por respeito à lei, e isso a separa dos demais sentimentos. Por causa disso, a análise proposta por Kant para se chegar a um juízo específico é racional, ainda que os demais sentimentos sejam capazes de tirar o valor moral da ação.

A investigação utilitarista de Stuart Mill leva-nos a conclusões completamente diferentes da de Kant, pois é justamente o sentimento

de prazer que nos garante que a ação seja moral.

O credo que aceita, como fundamento da moral, a Utilidade, ou o grande princípio da felicidade, sustenta que as ações estão certas na medida em que tendem promover a felicidade e erradas quando tendem a produzir o oposto da felicidade. Através da felicidade pretende-se o prazer e ausência de dor; por infelicidade, dor e a privação do prazer (MILL, 2007, p.22).

Para Mill, se uma ação não gerar prazer, ela não é uma ação moral. Ao contrário, ações que geram prazer para a maioria dos envolvidos são consideradas ações morais. Entrementes, se fôssemos assim considerar, teríamos que aceitar ações que geram sentimentos de prazer de uma população cuja maioria é preconceituosa. Como seria possível defender cotas para negros, a liberdade sexual da mulher, a condenação de práticas de desrespeito aos homossexuais, o respeito aos animais e ao meio ambiente? Até mesmo as práticas nazistas seriam justificadas pelo sentimento de prazer gerado pelos arianos na tortura e tentativa de extermínio dos judeus. Concluindo, não é razoável deduzir juízos morais de sentimentos de prazer e dor.

Além disso, Mill fez suas considerações, como se todos tivessem a mesma relação com os sentimentos:

Assim sendo é um fato inquestionável que aqueles que estão inteirados de ambos os prazeres e igualmente capazes de avaliá-los e apreciá-los, dêem uma preferência mais notada àquele que dá vida às suas faculdades mais elevadas. Poucas criaturas permitiriam ser transformadas em quaisquer dos mais inferiores animais por uma promessa da mais completa satisfação de prazeres animais; nenhum ser humano inteligente consentiria ser um tolo, nenhuma pessoa instruída gostaria de ser um ignorante, nenhuma pessoa de sentimento e consciência seria (sic) desejaria ser egoísta e vil, mesmo

embora pudesse ser convencida de que o tolo, o estúpido ou o biltre estão mais satisfeito com seu destino do que ela com o seu (MILL, 2007, p. 24).

Muitas vezes julgamos o que é certo ou errado pelos sentimentos, como se tivéssemos uma espécie de juízo intuitivo. Todavia, podem ser gerados sentimentos diferentes em pessoas diferentes a respeito da mesma situação. Isso ocorre porque nossos sentimentos são gerados a partir de padrões de comportamento consolidados. Teríamos, então, que os sentimentos são relativos. Logo, se os juízos morais pudessem ser deduzidos dos sentimentos morais, teríamos que admitir um relativismo moral em que o certo e o errado variassem de acordo com os costumes. Mas, admitirmos um relativismo moral é o mesmo que dizer que a Ética não tem o propósito de orientar condutas, e chegaríamos ao niilismo ético. Portanto, embora tradicionalmente exista uma vinculação do estudo da moral com os sentimentos de dor e prazer, a desvinculação para a análise e investigação dos juízos é muito mais adequada para que a Ética cumpra seu objetivo.

É bastante considerável o desenvolvimento dos argumentos para a análise das ações práticas a partir das regras construídas pela história da filosofia, mas não é suficiente para que as análises aplicadas possam efetivamente orientar a conduta.

Defendo que essas dificuldades próprias dos dilemas podem gerar um descaso com a investigação Ética. Por isso ocorre uma inversão, em que, ao invés das investigações morais servirem para alteração de atitudes, os costumes e os sentimentos gerados por eles têm servido como parâmetro do que é certo ou errado moralmente, o que é indevido pelos motivos já apresentados aqui.

Portanto, é preciso entender os requisitos de uma teoria ética, para podermos desenvolver regras que cumpram tais objetivos. O filósofo contemporâneo Hare (2003) enumera tais requisitos: neutralidade (os argumentos devem ser aceitos por todos os interessados na discussão); praticidade (a conclusão deve estar relacionada à ação efetiva); incompatibilidade (os desacordos devem ser assumidos sem artefatos da linguagem); logicidade (respeitar relações lógicas); arguibilidade (não

permitir a discussão quando não existir conflito de interesses e permitir solução quando o mesmo existir); conciliação (capaz de fazer com que as pessoas revejam seus posicionamentos) (HARE, 2003, p. 164-168).

Com esses requisitos, defendo que podemos criar uma regra que os contemple integralmente. É com esse intuito que defendemos que o objetivo da investigação Ética tem que ser o de garantir a liberdade individual e de interferir investigativamente somente quando existir conflitos significativos de interesses na busca de respostas que gerem juízos possíveis de serem universalizáveis.

Esse objetivo é criado e defendido também a partir de reflexões feitas com a análise do contexto histórico. Nas sociedades primitivas, os valores coletivos coincidiam com os valores individuais, mas com o desenvolvimento humano, que acarretou e foi acarretado pela complexidade do sistema capitalista, capaz de produzir novos instrumentos e novas possibilidades, os valores diversificaram-se. Com novas possibilidades, novos interesses surgem, e assim, os valores individuais não coincidem mais com os coletivos (BARROCO, 2008, p. 60).

O contexto destacado por Barroco e o requisito de arguibilidade de Hare (enumerado anteriormente) confirmam a importância da preocupação com a questão da liberdade individual. Retomemos como Hare expressa esse requisito:

Vocês podem lembrar-se de [...] eu disse que a forma de argumento que estava lá defendendo não nos habilitava a discutir sobre ideais em que os interesses de nenhuma outra pessoa são afetados; se eu estava certo, esse pode ser um exemplo de uma questão que *não pode* ser resolvida por argumentos. Por outro lado, argumentei que onde os interesses de outras pessoas *são* afetados, argumentos convincentes a respeito de questões morais estão disponíveis [...]. Chamemos então nosso requisito moderado, o de que a teoria deve fazer *algo* para resolver desacordos morais pelo uso de argumentos, de requisito da *arguibilidade* (HARE, 2003, p. 167).

Se, conforme Barroco, na contemporaneidade, temos uma diversificação de interesses, e se, conforme Hare, não se deve discutir quando não há conflito de interesses, então, a liberdade individual deve ser garantida. Entretanto, garantir a liberdade não significa falta de posicionamento ou um posicionamento reacionário, como comumente a bandeira da liberdade é interpretada. A defesa da liberdade nem sempre é utilizada para a reafirmação dos interesses burgueses. Ao contrário, pois a defesa da liberdade individual, por ser impessoal, exige a investigação de situações em que ainda exista opressão no intuito da criação de juízos que expressem a desaprovação de tais situações opressoras, bem como exige atitudes coerentes aos juízos expressos que tenham capacidade de transformação. Com isso, a Ética assume um papel emancipatório e, diferentemente da consolidação histórica de sua imagem, ela não assume o papel repressivo.

Esse equívoco também é fruto dos chamados “sentimentos morais”. Por mais que seja fato a existência diversificada de interesses, existem também comportamentos padrões de uma cultura. E, naturalmente, esses comportamentos são geradores da maioria dos sentimentos de aprovação ou desaprovação de atitudes, o que é comumente confundido com a moral. Portanto, é preciso fazer a distinção entre a moral ordinária e a moral.

Em filosofia, especificamente, na lógica, a palavra “ordinária” não possui a carga pejorativa do coloquial, apenas designa algo oposto ao extraordinário, ou seja, expressa algo comum, sem reflexão ou investigação sistemática. Nesse sentido, a moral ordinária, ao invés de designar o que seja certo de acordo com a Ética, como especificado no início desse artigo, designa algo que seja certo de acordo com o padrão, ou seja, os juízos da moral ordinária são deduzidos das religiões, das leis ou dos costumes. Desse modo, a moral ordinária é repressora, por não admitir a diversidade, não garantir a liberdade individual, e apenas reafirmar os valores já consolidados através de sentimentos supostamente morais.

Em resumo, não aceitamos que os sentimentos dignifiquem o agente, como propõe Aristóteles, nem que alguns sentimentos sejam capazes de tirar o valor moral de uma ação, como propõe Kant, nem que eles possam servir de fundamento para a dedução de juízos morais, como propõe Mill ou como ocorre com a moral ordinária. Por outro lado, defendemos a definição

do objetivo da Ética para que a moral tenha um objeto, ou seja, para que sua investigação não seja subjetiva ou influenciada pelos sentimentos da forma como citamos. A partir da definição do objetivo, a investigação exige uma sistematização metodológica para que seja alcançado determinado fim. Por isso, também defendemos que a pesquisa sobre a moral é racional e, de certo modo, livre dos sentimentos. A definição do objeto permite que a Ética seja funcional, ou seja, permite o desenvolvimento de prescrições e juízos analisados sistematicamente para cumprir determinada finalidade.

Por exemplo, imagine que meu objetivo seja “não me alimentar de carne vermelha”. Assim, teremos que a prescrição “não coma carne de vaca!” é coerente com o juízo “comer carne de vaca é errado”, e que esse juízo é verdadeiro de acordo com a finalidade buscada de “não me alimentar de carne vermelha”. Essa prescrição e juízo seriam uns dos mais imediatos a partir do objetivo especificado. Tão imediato quanto aqueles que poderiam ser formulados caso eu substituísse a palavra “vaca” por “porco”. Entretanto, poderíamos continuar a investigação e observar factualmente que os alimentos denominados energéticos são elaborados a partir de uma substância retirada do boi. Então, a partir da informação factual, teríamos que a prescrição “não tome energético!” estaria coerente com o juízo “tomar energético é errado”, e que o mesmo seria considerado “verdadeiro” a partir de meu objetivo exposto. E essa verificação é independente do prazer que sinto ao tomar energético. Com esse exemplo, o que queremos dizer é que a definição da finalidade permite a análise objetiva e racional das prescrições e juízos. Mas, para essa análise fazer sentido, é preciso optar por essa finalidade, o que podemos chamar de projeto.

Com essa analogia, queremos mostrar que optar pelo objetivo de “garantir a liberdade individual e interferir quando existir conflitos de interesses na busca da impessoalidade e universalização” é o que defendemos como opção pelo projeto “Ética”. E que, a partir dessa opção, as respostas sobre as prescrições e juízos podem não ser óbvias, mas são objetivas e dignas de investigação sistemática, independente dos sentimentos gerados a partir da ação.

Por outro lado, é bem verdade que muitas pessoas não guiam suas ações pelo que seja certo moralmente, elaborado a partir da racionalidade. Por isso, aqueles que optaram pelo projeto da moralidade possuem deveres

não só de posicionamento e ação própria, quanto deveres de persuasão política, pela própria natureza do objeto. No caso da nutrição, em que podemos dizer que o objetivo é “alimentar-se de tal modo a obter longevidade”, a não opção de uma pessoa por esse projeto não impede a opção de outra pessoa, ou seja, as prescrições seguidas por aqueles que optarem por essa finalidade será diferente das cumpridas por aqueles que não optarem, porque a ação de uma pessoa não interfere na ação da outra. Entretanto, para que o projeto da Ética seja cumprido, todos devem optar por ele, pois, se os outros não tiverem esse propósito, meus interesses poderão ser feridos e vice-versa.

Entretanto, “por ironia do destino”, embora tenhamos tentado fazer a desvinculação do estudo da moral aos sentimentos, sabemos que o mais importante é a ação e que o que modifica a ação comumente não é a racionalidade, mas sim o sentimento. Sabemos também que a arte é mais eficaz para modificar sentimentos que o estudo racional. Nesse sentido, após a investigação objetiva dos juízos morais, podemos e devemos nos utilizar da arte no intuito de reforçar sentimentos que estejam de acordo com a análise moral, ou para desconstruir sentimentos que estejam em desacordo com a análise. Assim, somente depois da investigação, a Ética deve se aproximar da Estética.

Além disso, pós analisarmos o utilitarismo em relação aos sentimentos e mostrarmos a importância da definição do objetivo da Ética, podemos destacar outro aspecto de contraposição com relação à independência dos sentimentos. Refiro-me à questão de que ainda que o objetivo seja a universalização, os sentimentos de prazer e de dor são levados em consideração mesmo que apenas como fatos. Por exemplo, trapacear é errado porque nessa ação existe conflito de interesses e consigo perceber que aquele que está sendo trapaceado é vítima. Mas, por que posso dizer que o que está sendo trapaceado é vítima? Não seria porque ele sente um tipo de dor? Por outro lado, anteriormente, não mostramos que os sentimentos de prazer e de dor não podem ser fundamentos de nossa análise? Não mostramos que a maneira utilitarista de verificação dos juízos é também equivocada?

Portanto é preciso destacar que aceitar o sentimento na análise é diferente de aceitá-lo como fundamento. A independência necessária é a

fundamental. Não poderíamos aceitar que uma vida fosse crucificada para salvar a vida de cinco, simplesmente porque isso geraria mais prazer e evitaria maior quantidade de dor. A análise dessa maneira trataria os sentimentos de prazer e de dor como fundamento da mesma, o que contestamos. Para sermos coerentes, uma vida não poderia ser crucificada nesta situação pelo seguinte motivo: a análise precisa cumprir o objetivo da Ética – e somente esse é o fundamento. Assim, se o indivíduo não é o causador da morte das outras cinco vidas, o conflito direto de interesses não existe, e sua liberdade individual deverá ser respeitada, o que garante a independência fundamental dos sentimentos na análise.

Como pudemos verificar, nosso trabalho não elimina completamente os sentimentos da investigação sobre o que seja moral, apenas elabora uma abordagem diferente.

Bibliografia

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Antônio de Castro Caeiro. São Paulo: editora Atlas, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia. *Ética: Fundamentos Sócio-Históricos*. São Paulo: Cortez, 2008.

HARE, R. M., *Ética: problemas e propostas*. Tradução de Mário Mascherpe e Cleide Antônia Rapucci. São Paulo: Unesp, 2003.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Barcarolla, 2009.

MILL, S. *Utilitarismo*. Tradução de Rita de Cássia Gondim Neiva. São Paulo: Escala, 2007.